

## **Combate à Corrupção por um Processo de Gestão de Sanções em Duas Etapas**

A promoção da boa governança e o combate à corrupção têm papel crítico na realização do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza. No Banco Mundial, o Departamento de Integridade Institucional (INT) investiga todas as alegações de que uma empresa ou pessoa entrou em práticas fraudulentas, corruptas, coercivas ou conluídas (Prevaricação Condenável) em relação a projetos por ele financiados.

Caso encontre provas de Prevaricação Condenável por uma empresa ou pessoa, o INT apresenta o caso ao **Oficial de Avaliação de Sanções e Suspensão (EO)<sup>1</sup> – primeira etapa do processo de Gestão de Sanções**. O EO (i) avalia as provas apresentadas pelo INT para determinar se são suficientes para validar um achado de Prevaricação Condenável; (ii) emite uma "Notificação de Processo de Sanções" recomendando uma sanção; e (iii) determina se será imposta uma suspensão temporária até a resolução final do caso.

Se a firma ou pessoa contesta as alegações feitas pelo INT e/ou as sanções recomendadas pelo EO, o caso é encaminhado à **Junta de Sanções do Banco Mundial (Junta) – segunda etapa do processo de Gestão de Sanções**. A Comissão, constituída de três membros dos quadros do Banco Mundial e quatro membros externos, examina as provas contra a empresa ou pessoa, juntamente com quaisquer respostas da empresa ou pessoa, antes de chegar a uma decisão final do caso. Como parte de suas deliberações, a Comissão pode promover uma audiência.

O Banco Mundial tem cinco sanções possíveis: Carta de Reprimenda Pública, exclusão, Não-Exclusão Condicional, Exclusão com Exoneração Condicional ou Ressarcimento.

Desde 2001, mais de 340 empresas e pessoas receberam sanções públicas do Banco Mundial (encontra-se em [WWW.worldbank.org/debarr](http://WWW.worldbank.org/debarr) a lista completa das empresas e pessoas excluídas).

---

<sup>1</sup> Há quatro EOs dentro do Grupo do Banco Mundial, para: (1) o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)/Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA); (2) a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA); (3) a Corporação Financeira Internacional (IFC); e (4) para projetos de investimento garantidos pelo Banco Mundial (chamados garantias parciais de risco, ou GPR). Em casos que envolvem a IPC, a MIGA e uma GPR, são nomeados para a Junta de Sanções membros externos e internos especializados em campos específicos.

## **Cooperação com Países Membros, a Sociedade Civil e o Setor Privado para Combater a Corrupção**

O Banco Mundial ajuda a fortalecer a governança e enfrentar a corrupção por meio de projetos e programas que melhoram a transparência na gestão financeira pública; fortalecem a administração fiscal e aduaneira; fortalecem o desempenho do funcionalismo público; apóiam a reforma jurídica e judiciária; combatem a corrupção; e possibilitam aos governos locais e centrais prestar serviços e regulamentar a economia de maneira mais eficiente.

A assistência do Banco Mundial para melhorar a governança e combater a corrupção tem por objetivo ajudar os países a melhor prestar serviços básicos para os pobres e criar oportunidades de crescimento e emprego, mediante estímulo aos investimentos privados – duas maneiras de tirar pessoas da pobreza.

O Banco Mundial tem também, perante seus acionistas, a responsabilidade fiduciária de assegurar que os recursos para o desenvolvimento sejam usados para o objetivo pretendido de promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza e não sejam postos em risco pela corrupção.

Em março de 2007, após amplas consultas, a Diretoria do Grupo do Banco Mundial aprovou uma estratégia para fortalecer a assistência destinada a melhorar a governança e combater a corrupção em países membros - a chamada **Estratégia para Governança e Combate à Corrupção (GAC)**.

A Estratégia GAC repousa em três pilares:

- Construir instituições e sistemas nacionais capazes, transparentes e responsáveis, mediante assistência aos países.
- Minimizar a corrupção em projetos financiados pelo Banco Mundial, avaliando antecipadamente o risco de corrupção em projetos, investigando ativamente alegações de fraude e corrupção e fortalecendo a vigilância e supervisão de projetos.
- Ampliar as parcerias com instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento, a sociedade civil, o setor privado e outros agentes, em iniciativas conjuntas visando coibir a corrupção.

Fazendo uso de sanções públicas para elevar o custo da adoção de práticas corruptas, o Banco Mundial promove o combate à corrupção. O seu processo de **Gestão de Sanções** em duas etapas e o **Escritório de Avaliação e Suspensão (OES)** são elementos-chave do trabalho que vem sendo feito dentro do Banco Mundial, de seus países membros e seus parceiros, para atacar a corrupção e promover a boa governança.

Para mais informações sobre o processo de Gestão de Sanções ou a Estratégia Para Governança e Combate à Corrupção, visite os seguintes endereços na Web:

Escritório de Avaliação e Suspensão  
Departamento de Integridade Institucional  
Programa de Revelação Voluntária  
Reforma das Sanções  
Combate à Corrupção

[www.worldbank.org/sanctions](http://www.worldbank.org/sanctions)  
[www.worldbank.org/integrity](http://www.worldbank.org/integrity)  
[www.worldbank.org/vdp](http://www.worldbank.org/vdp)  
[www.worldbank.org/sanctionsreform](http://www.worldbank.org/sanctionsreform)  
[www.worldbank.org/corruption](http://www.worldbank.org/corruption)

**Lista de Firms Excluídas**  
**Atividades de Negócios**  
**Indicadores de Governança**  
**Estratégia para Governança e Combate à Corrupção**

[www.worldbank.org/debarr](http://www.worldbank.org/debarr)  
[www.doingbusiness.org](http://www.doingbusiness.org)  
[www.worldbank.org/wbi/governance](http://www.worldbank.org/wbi/governance)  
[www.worldbank.org/governance](http://www.worldbank.org/governance)